



**São Bento**  
Complexo Eólico

# **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025**

São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

CNPJ Nº 13.985.420/0001-16

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

[www.copel.com](http://www.copel.com)      [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua José Izidoro Biazetto, 158, Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR - CEP 81200-240

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>3</b>
1. A COMPANHIA .....	4
2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	5
3. POLÍTICA DE EQUIDADE .....	5
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>6</b>
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado .....	7
Demonstração do Resultado Abrangente .....	8
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido .....	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	9
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>10</b>
1. Contexto Operacional .....	10
2. Base de Preparação .....	10
3. Políticas Contábeis Materiais .....	11
4. Caixa e Equivalentes de Caixa .....	14
5. Clientes .....	14
6. Títulos e Valores Mobiliários .....	14
7. Investimentos .....	15
8. Imobilizado .....	15
9. Partes Relacionadas .....	16
10. Fornecedores .....	16
11. Empréstimos e Financiamentos .....	17
12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes .....	18
13. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia .....	18
14. Outras contas a pagar .....	18
15. Patrimônio Líquido .....	18
16. Receita Operacional Líquida .....	19
17. Custos e Despesas Operacionais .....	19
18. Resultado Financeiro .....	20
19. Imposto de Renda e Contribuição Social .....	20
20. Instrumentos Financeiros .....	21
21. Seguros .....	24
22. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	24
<b>DECLARAÇÃO DOS DIRETORES</b> .....	<b>26</b>
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE</b> .....	<b>27</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### À ACIONISTA

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia ou Companhia), em atendimento aos compromissos societários e às boas práticas de governança corporativa, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente. A Diretoria da Companhia está à disposição para prestar os esclarecimentos adicionais que eventualmente se tornem necessários.

Curitiba, 25 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO  
REZENDE**

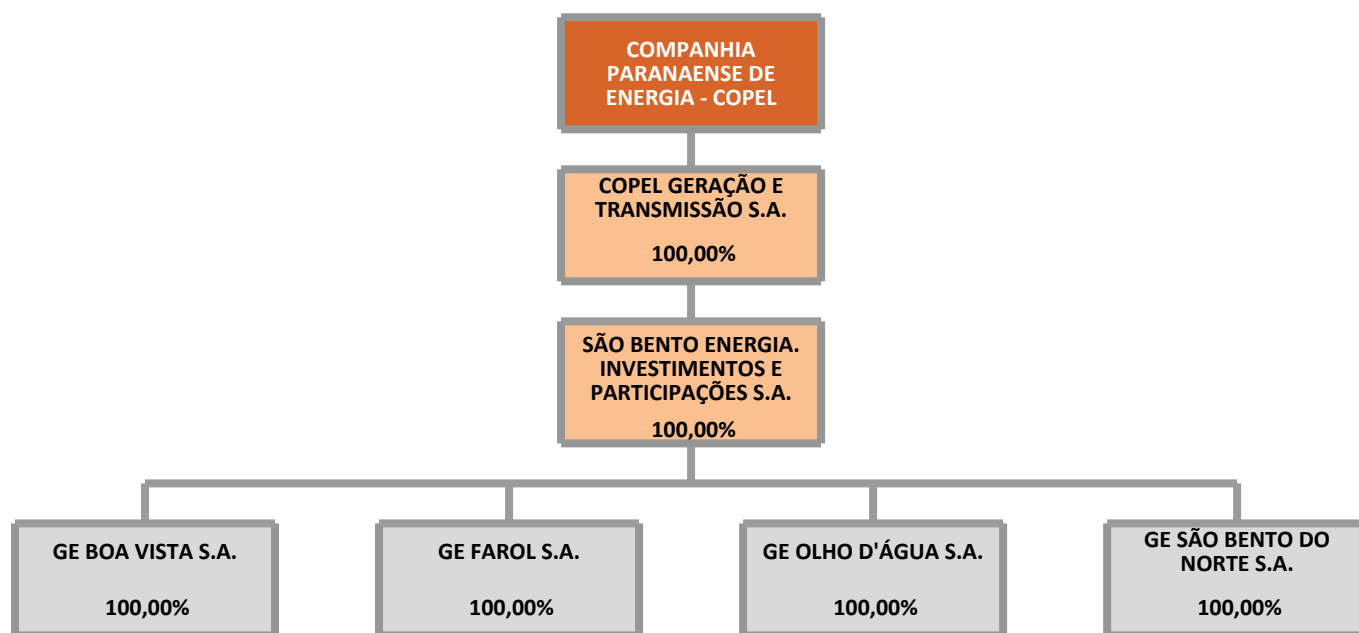
Diretor Técnico

**ADRIANO FEDALTO**

Diretor Administrativo-Financeiro

## 1. A COMPANHIA

A Companhia é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado e subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. A São Bento Energia, localizada no Município de Curitiba, no Estado do Paraná, é controladora (100% das ações) das SPEs GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A., GE Olho D'Água S.A. e GE São Bento do Norte S.A., produtoras de energia eólica, as quais formam o Complexo Eólico São Bento.



As quatro SPE's do Complexo Eólico São Bento, localizado no Município de São Bento do Norte, no Estado do Rio Grande do Norte, sagraram-se vencedoras no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fontes Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão da Aneel nº 07/2010.

A energia do Complexo Eólico São Bento é comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEARs por 20 anos. A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) <sup>(1)</sup>	Preço/MWh <sup>(2)</sup>	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
Boa Vista	14,0	5,2	27,90	327,29	25.02.2015	28.04.2046
Farol	20,0	8,8	48,20	317,76	25.02.2015	20.04.2046
Olho d'Água	30,0	12,8	76,40	317,76	25.02.2015	01.06.2046
São Bento do Norte	30,0	11,3	71,10	317,76	25.02.2015	19.05.2046
<b>Total das Eólicas</b>	<b>94,0</b>	<b>38,1</b>	<b>223,60</b>			

(1) Valores referentes ao total bruto gerado em 2025.

(2) Preço atualizado até dezembro/2025.

## 2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2025	2024	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	538.634	493.425	9,2
Caixa e equivalentes de caixa	151.266	135.625	11,5
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	147.715	115.122	28,3
Dívida total	98.241	116.679	(15,8)
Dívida líquida	(200.740)	(134.068)	49,7
Receita operacional bruta	105.007	79.571	32,0
Deduções da receita	(12.153)	(10.743)	13,1
Receita operacional líquida (ROL)	92.854	68.828	34,9
Custos e despesas operacionais	(51.487)	(51.627)	(0,3)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	41.367	17.201	140,5
Ebitda ou Lajida (a)	58.885	34.761	69,4
Resultado financeiro	26.629	13.289	100,4
IRPJ/CSLL	(16.532)	(10.716)	54,3
Lucro operacional	67.996	30.490	123,0
Lucro líquido do exercício	51.464	19.774	160,3
Patrimônio líquido	271.478	246.326	10,2
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	1,1	1,6	(31,3)
Liquidez geral (índice)	1,2	1,1	9,1
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	63,4	50,5	25,5
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	36,2	47,4	(23,6)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	73,2	44,3	65,2
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	55,4	28,7	93,0
Participação de capital de terceiros (%)	49,6	50,1	(1,0)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	19,0	8,0	137,5

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

## 3. POLÍTICA DE EQUIDADE

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
 (Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	65.513	63.161	151.266	135.625
Clientes	5	—	—	14.174	9.964
Dividendos a receber	9	17.955	2.387	—	—
Outros créditos		148	147	202	430
Imposto de renda e contribuição social		5.895	2.188	10.325	4.194
Despesas antecipadas		—	4	1.160	902
		<b>89.511</b>	<b>67.887</b>	<b>177.127</b>	<b>151.115</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>Realizável a Longo Prazo</b>					
Títulos e valores mobiliários	6	124.026	94.135	147.715	115.122
Depósitos judiciais		33	28	2.489	28
Outros tributos a recuperar		—	—	55	30
		<b>124.059</b>	<b>94.163</b>	<b>150.259</b>	<b>115.180</b>
<b>Investimentos</b>	7	<b>251.441</b>	<b>231.610</b>	—	—
<b>Imobilizado</b>	8	—	—	<b>210.802</b>	<b>227.076</b>
<b>Intangível</b>		—	—	<b>446</b>	<b>54</b>
		<b>375.500</b>	<b>325.773</b>	<b>361.507</b>	<b>342.310</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>465.011</b>	<b>393.660</b>	<b>538.634</b>	<b>493.425</b>

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>CIRCULANTE</b>					
Partes relacionadas	9	2.672	2.672	210	233
Fornecedores	10	6	9	4.830	1.851
Imposto de renda e contribuição social		164	19	1.193	785
Outras obrigações fiscais		—	—	1.223	1.323
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	21.707	21.217
Dividendos a pagar	15.3	12.223	4.696	12.223	4.695
Obrigação pela não performance de geração de energia	13	—	—	118.781	62.030
Outras contas a pagar	14	—	—	1.447	106
		<b>15.065</b>	<b>7.396</b>	<b>161.614</b>	<b>92.240</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Partes relacionadas	9	171.765	135.840	—	—
Imposto de renda e contribuição social diferidos		6.673	3.581	15.523	8.506
Empréstimos e financiamentos	11	—	—	76.534	95.462
Obrigação pela não performance de geração de energia	13	—	—	11.066	46.485
Outras contas a pagar	14	—	—	2.389	3.889
Provisões para litígios	12	30	517	30	517
		<b>178.468</b>	<b>139.938</b>	<b>105.542</b>	<b>154.859</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>Capital social</b>	15.1	<b>173.622</b>	<b>173.622</b>	<b>173.622</b>	<b>173.622</b>
<b>Reserva legal</b>	15.2	<b>10.919</b>	<b>8.346</b>	<b>10.919</b>	<b>8.346</b>
<b>Reserva de retenção de lucros</b>	15.2	<b>50.269</b>	<b>50.269</b>	<b>50.269</b>	<b>50.269</b>
<b>Dividendo adicional proposto</b>	15.3	<b>36.668</b>	<b>14.089</b>	<b>36.668</b>	<b>14.089</b>
		<b>271.478</b>	<b>246.326</b>	<b>271.478</b>	<b>246.326</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>465.011</b>	<b>393.660</b>	<b>538.634</b>	<b>493.425</b>

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
 (Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>16</b>	–	–	<b>92.854</b>	<b>68.828</b>
<b>Custos Operacionais</b>	<b>17</b>	–	–	<b>(49.575)</b>	<b>(49.268)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		–	–	<b>43.279</b>	<b>19.560</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>					
Despesas com vendas	17	–	–	(183)	(239)
Despesas gerais e administrativas	17	(295)	(283)	(1.573)	(1.732)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	248	–	(156)	(388)
Resultado da equivalência patrimonial	7	35.400	10.050	–	–
		<b>35.353</b>	<b>9.767</b>	<b>(1.912)</b>	<b>(2.359)</b>
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>35.353</b>	<b>9.767</b>	<b>41.367</b>	<b>17.201</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>18</b>				
Receitas financeiras		24.052	15.186	38.157	24.962
Despesas financeiras		214	(36)	(11.528)	(11.673)
		<b>24.266</b>	<b>15.150</b>	<b>26.629</b>	<b>13.289</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>59.619</b>	<b>24.917</b>	<b>67.996</b>	<b>30.490</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>19</b>				
Imposto de renda e contribuição social		(5.063)	(1.918)	(9.515)	(5.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(3.092)	(3.225)	(7.017)	(4.872)
		<b>(8.155)</b>	<b>(5.143)</b>	<b>(16.532)</b>	<b>(10.716)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>51.464</b>	<b>19.774</b>	<b>51.464</b>	<b>19.774</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais</b>	<b>15.4</b>				
Ações ordinárias		0,29641	0,11389		

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>51.464</b>	<b>19.774</b>	<b>51.464</b>	<b>19.774</b>
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>51.464</b>	<b>19.774</b>	<b>51.464</b>	<b>19.774</b>

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	NE nº	Atribuível ao acionista da empresa controladora					Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2024</b>		<b>173.622</b>	<b>7.357</b>	<b>50.269</b>	<b>19.385</b>	<b>—</b>	<b>250.633</b>
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	19.774	19.774
Deliberação do dividendo adicional proposto		—	—	—	(19.385)	—	(19.385)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	15.2	—	989	—	—	(989)	—
Dividendos mínimo obrigatório	15.3	—	—	—	—	(4.696)	(4.696)
Dividendos adicional proposto	15.2	—	—	—	14.089	(14.089)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>173.622</b>	<b>8.346</b>	<b>50.269</b>	<b>14.089</b>	<b>—</b>	<b>246.326</b>
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	51.464	51.464
Deliberação do dividendo adicional proposto		—	—	—	(14.089)	—	(14.089)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal	15.2	—	2.573	—	—	(2.573)	—
Dividendos mínimo obrigatório	15.3	—	—	—	—	(12.223)	(12.223)
Dividendos adicional proposto	15.2	—	—	—	36.668	(36.668)	—
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>173.622</b>	<b>10.919</b>	<b>50.269</b>	<b>36.668</b>	<b>—</b>	<b>271.478</b>

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	NE nº	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>51.464</b>	<b>19.774</b>	<b>51.464</b>	<b>19.774</b>
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais</b>					
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		(238)	35	13.887	11.376
Imposto de renda e contribuição social	19	5.063	1.918	9.515	5.844
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	3.092	3.225	7.017	4.872
Resultado da equivalência patrimonial	7	(35.400)	(10.050)	—	—
Depreciação	8.1	—	—	17.518	17.560
Provisão de não performance de geração de energia e ressarcimento do curtailment	13	—	—	21.852	44.565
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	17	(248)	—	(65)	239
		<b>23.733</b>	<b>14.902</b>	<b>121.188</b>	<b>104.230</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>					
Cientes		—	—	(4.394)	4.208
Dividendos recebidos		—	14.465	—	—
Depósitos judiciais		(5)	(2)	(2.461)	(2)
Outros créditos		(1)	1	229	(51)
Imposto de renda e contribuição social		(3.707)	(1.467)	(6.131)	(1.802)
Outros tributos a recuperar		—	—	(25)	(11)
Despesas antecipadas		4	3	(258)	971
		<b>(3.709)</b>	<b>13.000</b>	<b>(13.040)</b>	<b>3.313</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>					
Partes relacionadas		35.925	11.754	(23)	(154)
Fornecedores		(3)	(9)	2.979	86
Outras obrigações fiscais		—	—	(100)	(342)
Obrigação pela não performance de geração de energia	13	—	—	(3.254)	(40.087)
Outras contas a pagar		—	—	1.660	314
		<b>35.922</b>	<b>11.745</b>	<b>1.262</b>	<b>(40.183)</b>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
		<b>55.946</b>	<b>39.647</b>	<b>109.410</b>	<b>67.360</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.918)	(2.213)	(9.107)	(6.351)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	—	—	(8.759)	(10.389)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
		<b>51.028</b>	<b>37.434</b>	<b>91.544</b>	<b>50.620</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Aplicações financeiras		(29.891)	6.046	(32.593)	4.286
Aquisições de intangível		—	—	(392)	(54)
Aquisições de imobilizado	8.1	—	—	(3.063)	(28)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
		<b>(29.891)</b>	<b>6.046</b>	<b>(36.048)</b>	<b>4.204</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	—	—	(21.070)	(20.719)
Dividendos pagos		(18.785)	(25.847)	(18.785)	(25.847)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
		<b>(18.785)</b>	<b>(25.847)</b>	<b>(39.855)</b>	<b>(46.566)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<b>2.352</b>	<b>17.633</b>	<b>15.641</b>	<b>8.258</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	63.161	45.528	135.625	127.367
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	65.513	63.161	151.266	135.625
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>					
		<b>2.352</b>	<b>17.633</b>	<b>15.641</b>	<b>8.258</b>

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de reais)

### 1. Contexto Operacional

A São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. (São Bento Energia, Companhia ou Controladora) com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel) que tem por objeto o desenvolvimento, a implantação e exploração de projetos de energia elétrica a partir de fontes eólicas localizadas no município de São Bento do Norte, no estado do Rio Grande do Norte, e a comercialização de energia elétrica, por meio de suas participações societárias.

#### 1.1. Participações societárias

A Companhia é controladora das Sociedades de Propósito Específico abaixo, as quais tem como atividade principal a geração de energia elétrica proveniente de fontes eólicas:

Controladas	Autorização	Vencimento
GE Boa Vista S.A	Portaria MME nº 276/2011	28.04.2046
GE Farol S.A.	Portaria MME nº 263/2011	20.04.2046
GE Olho D'Água S.A.	Portaria MME nº 343/2011	01.06.2046
GE São Bento do Norte S.A.	Portaria MME nº 310/2011	19.05.2046

### 2. Base de Preparação

#### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais da Controladora e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Administração da Companhia em 25.03.2026.

#### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.4. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Copel e de suas controladas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.3 e 8 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;

- NEs nº 3.4 e 8.1 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.5 e 12 – Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.6 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e provisão pela não performance de geração de energia;

## 2.5. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

## 3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### 3.1. Base de consolidação

#### 3.1.1. Controladas

As controladas são as entidades em que a Companhia detém o controle. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, sendo, inicialmente, reconhecidos ao custo.

### 3.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

#### 3.2.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

#### 3.2.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### 3.2.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.2.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.3. Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela Aneel, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

## **3.4. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment**

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

### 3.4.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

### 3.4.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

### 3.5. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Provisões para desmantelamento ou descomissionamento de ativos, quando atenderem aos critérios de reconhecimento e mensuração, são contabilizadas em contrapartida ao custo do respectivo ativo, a valor presente. O ativo é depreciado juntamente com os itens de imobilizado, enquanto o passivo é reconstituído pela passagem do tempo. Caso haja revisão dos montantes provisionados, se estes não decorrerem apenas da passagem do tempo, são reconhecidos novamente em contrapartida ao custo do ativo e depreciados até o fim da vida útil.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

### 3.6. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável, e por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

### 3.7. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

### 3.8. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);

- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	5	45	6.541	6.426
Aplicações financeiras de liquidez imediata	65.508	63.116	144.725	129.199
	<b>65.513</b>	<b>63.161</b>	<b>151.266</b>	<b>135.625</b>

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 100,00% e 101,00% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

#### 5. Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
			Contratos regulados	13.981
CCEE	13	–	13	77
(-) Perdas de créditos esperadas	–	–	–	(46)
	<b>13.994</b>	<b>180</b>	<b>14.174</b>	<b>9.964</b>

#### 6. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	124.026	94.135	146.922	114.560
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	96% a 99,7% do CDI	–	–	793	562
	<b>Não circulante</b>	<b>124.026</b>	<b>94.135</b>	<b>147.715</b>	<b>115.122</b>

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes ao CDB são vinculados à garantia financeira do Contrato de Uso do Sistema de transmissão e tem prazo de até 50 meses a partir do final do período do relatório. Os recursos referentes a Cotas de Fundos de investimentos são vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos (NE nº 11), conforme abertura apresentada abaixo:

Cotas de fundos de investimentos	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Conta Reserva Especial	124.026	94.135	124.026	94.135
Conta Reserva do Serviço da dívida	–	–	18.518	16.520
Conta Reserva de O&M	–	–	4.378	3.905
	<b>124.026</b>	<b>94.135</b>	<b>146.922</b>	<b>114.560</b>

## 7. Investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2024	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Deliberação Dividendos Adicionais	Saldo em 31.12.2024	Equivalência patrimonial	Dividendos propostos	Deliberação Dividendos Adicionais	Saldo em 31.12.2025
GE Boa Vista S.A.	26.054	559	(133)	(605)	25.875	4.277	(1.015)	(399)	28.738
GE Farol S.A.	51.317	3.913	(928)	(1.224)	53.078	9.919	(2.356)	(2.787)	57.854
GE Olho D'Água S.A.	91.473	1.308	(311)	(3.680)	88.790	9.205	(2.187)	(933)	94.875
GE São Bento do Norte S.A.	65.951	4.266	(1.013)	(5.340)	63.864	11.999	(2.849)	(3.040)	69.974
	<b>234.795</b>	<b>10.046</b>	<b>(2.385)</b>	<b>(10.849)</b>	<b>231.607</b>	<b>35.400</b>	<b>(8.407)</b>	<b>(7.159)</b>	<b>251.441</b>

## 8. Imobilizado

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2025	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2024
<b>Em serviço</b>						
Máquinas e equipamentos	360.812	(153.310)	207.502	362.528	(135.809)	226.719
Edificações	447	(127)	320	447	(112)	335
Móveis e utensílios	15	(7)	8	16	(6)	10
	<b>361.274</b>	<b>(153.444)</b>	<b>207.830</b>	<b>362.991</b>	<b>(135.927)</b>	<b>227.064</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	2.972	–	2.972	12	–	12
	<b>2.972</b>	<b>–</b>	<b>2.972</b>	<b>12</b>	<b>–</b>	<b>12</b>
	<b>364.246</b>	<b>(153.444)</b>	<b>210.802</b>	<b>363.003</b>	<b>(135.927)</b>	<b>227.076</b>

### 8.1. Mutação do imobilizado

Consolidado	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Capitalizações	Saldo em 31.12.2024	Adições	Provisão para descomissionamento	Depreciação	Capitalizações	Saldo em 31.12.2025
<b>Em serviço</b>											
Máquinas e equipamentos	238.924	–	3.595	(17.543)	1.743	226.719	–	(1.819)	(17.501)	103	207.502
Edificações	351	–	–	(16)	–	335	–	–	(15)	–	320
Móveis e utensílios	9	–	–	(1)	2	10	–	–	(2)	–	8
	<b>239.284</b>	<b>–</b>	<b>3.595</b>	<b>(17.560)</b>	<b>1.745</b>	<b>227.064</b>	<b>–</b>	<b>(1.819)</b>	<b>(17.518)</b>	<b>103</b>	<b>207.830</b>
<b>Em curso</b>											
Custo	1.729	28	–	–	(1.745)	12	3.063	–	–	(103)	2.972
	<b>1.729</b>	<b>28</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(1.745)</b>	<b>12</b>	<b>3.063</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(103)</b>	<b>2.972</b>
	<b>241.013</b>	<b>28</b>	<b>3.595</b>	<b>(17.560)</b>	<b>–</b>	<b>227.076</b>	<b>3.063</b>	<b>(1.819)</b>	<b>(17.518)</b>	<b>–</b>	<b>210.802</b>

A taxa média de depreciação é de 4,86% a.a. (5,01% em 2024).

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócios e, nesse sentido, avaliou os ativos em operação e não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável dos ativos.

## 9. Partes Relacionadas

O quadro a seguir apresenta os saldos de Partes Relacionadas destacados em linhas específicas do balanço patrimonial.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Passivo circulante</b>				
<b>Controlador (a)</b>				
Copel Geração e Transmissão	–	–	144	173
<b>Controladas (b)</b>				
GE Boa Vista S.A.	377	377	–	–
GE Farol S.A.	148	148	–	–
GE Olho D'Água S.A.	223	223	–	–
GE São Bento do Norte S.A.	1.922	1.922	–	–
<b>Entidade sob controle comum (a)</b>				
Copel Distribuição S.A.	2	2	66	60
	<b>2.672</b>	<b>2.672</b>	<b>210</b>	<b>233</b>
<b>Passivo não circulante</b>				
<b>Controladas (b)</b>				
GE Boa Vista S.A.	27.895	22.109	–	–
GE Farol S.A.	29.484	24.272	–	–
GE Olho D'Água S.A.	59.478	43.956	–	–
GE São Bento do Norte S.A.	54.908	45.503	–	–
	<b>171.765</b>	<b>135.840</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

(b) As Controladas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. são intervenientes junto ao financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) da Companhia, as quais, por força contratual, transferem recursos visando manter os saldos relativos à cessão fiduciária de recebíveis provenientes da receita de venda de energia elétrica conforme exigência contratual (NE nº 11).

Adicionalmente, o quadro a seguir apresenta os saldos decorrentes das demais transações relevantes com partes relacionadas efetuadas pela Companhia, exceto transações de operações em ambiente regulado, registradas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores:

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Controladores</b>				
<b>Copel GeT</b>				
Dividendos	12.223	4.696	–	–
<b>Entidade sob controle em comum</b>				
<b>Copel Comercialização S.A.</b>				
Suprimento de energia elétrica	–	–	(3.470)	(3.658)
<b>Pessoal chave da administração</b>				
Honorários e encargos sociais	–	–	(29)	(57)
Planos previdenciários e assistenciais	–	–	(2)	(4)

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

## 10. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	6	9	4.169	1.286
Encargos de uso da rede elétrica	–	–	661	565
	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>4.830</b>	<b>1.851</b>

## 11. Empréstimos e Financiamentos

O contrato teve o objetivo de financiar a construção e implantação dos empreendimentos eólicos e tem como garantia penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios e todos os empréstimos foram realizados com o BNDES.

Consolidado	Garantias	31.12.2025	31.12.2024
Empresa			
GE Farol	Fidejussória Copel GET; Penhor de ações de propriedade da Copel GET; cessão fiduciária de recebíveis de venda de energia; cessão fiduciária de máquinas e equipamentos.	18.868	22.410
GE Boa Vista		13.949	16.568
GE S.Bento do Norte		31.636	37.573
GE Olho D'Água		33.788	40.128
<b>Dívida bruta</b>		<b>98.241</b>	<b>116.679</b>
<b>Circulante</b>		<b>21.707</b>	<b>21.217</b>
<b>Não circulante</b>		<b>76.534</b>	<b>95.462</b>

O custo médio da dívida em taxa nominal em 31.12.2025 é de 8,48% a.a (10,50% a.a em 31.12.2024), o que equivale a 56,92% do CDI (86,39% do CDI em 2024).

### 11.1. Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2025	Consolidado	
	Dívida líquida	
2026	21.358	
2027	21.358	
2028	21.358	
2029	12.460	
	<b>76.534</b>	

### 11.2. Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Total
<b>Em 1º.01.2024</b>	<b>136.448</b>
Encargos e variação monetária	11.339
Pagamento - principal	(20.719)
Pagamento - encargos	(10.389)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>116.679</b>
Encargos e variação monetária	11.391
Pagamento - principal	(21.070)
Pagamento - encargos	(8.759)
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>98.241</b>

### 11.3. Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Os contratos de empréstimos e financiamentos contém cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições contratadas poderá implicar em multas ou na declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31.12.2025, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

Abaixo estão apresentados os covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Empresa	Instrumento Contratual	Indicador Financeiros	Limite
São Bento Energia, Investimento e Participações	Contrato de Cessão BNDES	Índice de cobertura do serviço da dívida	≥ 1,3
GE Boa Vista S.A.	BNDES Finem nº 11211531		
GE Farol S.A.	BNDES Finem nº 11211521		
GE Olho D'Água S.A.	BNDES Finem nº 11211551		
GE São Bento do Norte S.A.	BNDES Finem nº 11211541		
Financiamento a empreendimentos - Finem			

## 12. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, atualizou as estimativas de perda em provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, no montante de R\$ 30 em 31.12.2025 (R\$ 517 em 31.12.2024) quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Não houve quitações durante o exercício.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2025, as contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras avaliadas pelos assessores jurídicos como de risco de perda possível, no montante de R\$ 71.983 (R\$ 64.662 em 31.12.2024), são principalmente de natureza tributária decorrente de exigência fiscal das prefeituras a título de ISS em serviço de construção civil prestado por terceiro.

## 13. Obrigação pela não Performance de Geração de Energia

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica, comercializados por meio de leilões regulados, possuem cláusulas de performance de geração, as quais estabelecem um montante mínimo de entrega de energia, com periodicidade anual e/ou quadrienal. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento, o que pode implicar em produção de energia inferior ao montante mínimo de energia contratada. Tal descumprimento contratual pode comprometer receitas e fluxos de caixa futuros. Diante dessa previsão contratual, a Companhia efetua o registro por estimativa dos passivos contratuais, reconhecidos no resultado como ajuste negativo da receita.

Consolidado	Total
<b>Em 1º.01.2024</b>	<b>104.037</b>
Provisão/Reversão	43.115
Atualização	1.450
Pagamento/Ressarcimento	(40.087)
<b>Em 31.12.2024</b>	<b>108.515</b>
Provisão/Reversão	53.229
Atualização	2.734
Pagamento/Ressarcimento	(3.254)
Curtailment (NE nº 20.2.4)	(31.377)
<b>Em 31.12.2025</b>	<b>129.847</b>
	<b>Circulante</b>
	<b>118.781</b>
	<b>Não circulante</b>
	<b>11.066</b>

## 14. Outras contas a pagar

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para descomissionamento parques eólicos (a)	2.388	2.602
Prêmio a Pagar	1.314	1.289
Outras contas a pagar	134	104
	<b>3.836</b>	<b>3.995</b>
	<b>Circulante</b>	<b>106</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>3.889</b>

(a) Provisão calculada com base no valor atual dos custos futuros de desmantelamento dos parques eólicos, contabilizada em contrapartida ao Imobilizado (NE nº 8.1). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento dos parques eólicos

## 15. Patrimônio Líquido

### 15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025 é de R\$ 173.622 (R\$ 173.622, em 31.12.2024), composto por 173.621.468 em 31.12.2025 (173.621.468 em 31.12.2024), sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

### 15.2. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

### 15.3. Proposta de distribuição de dividendos

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
<b>Base de cálculo para os dividendos</b>		
Lucro líquido do exercício	51.464	19.774
Reserva legal (5%)	(2.573)	(989)
	<b>48.891</b>	<b>18.785</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>12.223</b>	<b>4.696</b>
<b>Dividendo adicional proposto</b>	<b>36.668</b>	<b>14.089</b>
<b>Total de dividendos</b>	<b>48.891</b>	<b>18.785</b>
<b>Valor do dividendo por ação</b>	<b>0,281595</b>	<b>0,108195</b>

### 15.4. Lucro líquido básico e diluído por ação

Controladora	31.12.2025	31.12.2024
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido atribuído à acionista controladora	51.464	19.774
<b>Denominador</b>		
Média ponderada das ações (em unidades)	<b>173.621.468</b>	<b>173.621.468</b>
<b>Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora</b>		
Ações ordinárias	<b>0,29641</b>	<b>0,11389</b>

## 16. Receita Operacional Líquida

Consolidado	31.03.2025	31.03.2024
Contratos de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão) e Bilaterais	125.666	120.483
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.476	3.649
(-) Provisão/Reversão para não performance de geração (a)	(24.135)	(44.561)
(-) PIS/Pasep e Cofins	(4.358)	(2.786)
(-) ICMS Substituição Tributária	(7.795)	(7.957)
	<b>92.854</b>	<b>68.828</b>

(a) O saldo contempla a provisão de não performance compensado pelo ressarcimento do curtailment (NEs nºs 13 e 20.2.4)

## 17. Custos e Despesas Operacionais

Controladora	Despesas gerais e, administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	(5)	–	(5)	(6)
Planos previdenciário e assistencial	(1)	–	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(202)	–	(202)	(178)
Perdas de créditos, provisões e reversões	–	248	248	–
Outras despesas operacionais	(87)	–	(87)	(98)
	<b>(295)</b>	<b>248</b>	<b>(47)</b>	<b>(283)</b>

Consolidado	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Energia elétrica comprada para revenda	(3.504)	—	—	—	(3.504)	(3.670)
Encargos de uso da rede elétrica	(6.731)	—	—	—	(6.731)	(6.476)
Pessoal e administradores	—	—	(709)	—	(709)	(937)
Planos previdenciário e assistencial	—	—	(100)	—	(100)	(140)
Material	(31)	—	—	—	(31)	(293)
Serviços de terceiros	(18.701)	—	(303)	—	(19.004)	(17.333)
Depreciação e amortização	(17.518)	—	—	—	(17.518)	(17.560)
Perdas de créditos, provisões e reversões	—	(183)	—	248	65	(239)
Arrendamento e aluguéis	(1.732)	—	—	—	(1.732)	(1.629)
Outras receitas, custos e despesas operacionais, líquidos	(1.358)	—	(461)	(404)	(2.223)	(3.350)
	<b>(49.575)</b>	<b>(183)</b>	<b>(1.573)</b>	<b>(156)</b>	<b>(51.487)</b>	<b>(51.627)</b>

### 17.1. Compromissos estimados de arrendamentos e aluguéis não canceláveis

No saldo dos outros custos e despesas operacionais líquidos, estão contidos valores de arrendamento de terrenos para os quais, após a entrada em operação dos empreendimentos, os pagamentos são variáveis em função da receita auferida, aplicando um percentual sobre a receita bruta menos as deduções previstas em contrato (impostos, taxas e contribuições).

## 18. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	23.978	15.132	36.842	24.467
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	—	—	280	139
Outras receitas financeiras	74	54	1.035	356
	<b>24.052</b>	<b>15.186</b>	<b>38.157</b>	<b>24.962</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>				
Variação monetária e encargos da dívida	—	—	11.391	10.291
Variação monetária litígios	(238)	36	(238)	36
Outras despesas financeiras	24	—	375	1.346
	<b>(214)</b>	<b>36</b>	<b>11.528</b>	<b>11.673</b>
<b>Líquido</b>	<b>24.266</b>	<b>15.150</b>	<b>26.629</b>	<b>13.289</b>

## 19. Imposto de Renda e Contribuição Social

Consolidado	31.12.2025		31.12.24	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado	123.729	123.729	80.396	80.396
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	3.476	3.476	3.648	3.648
ICMS Substituição tributária	(7.795)	(7.795)	(7.957)	(7.957)
Alíquota sobre a receita bruta	8 %	12 %	8 %	12 %
<b>Base de cálculo</b>	<b>9.553</b>	<b>14.329</b>	<b>6.087</b>	<b>9.130</b>
Receita Financeira	38.157	38.157	24.962	24.962
(-) Receita Financeira Provisionada	(20.637)	(20.637)	(14.327)	(14.327)
<b>Base de cálculo Receita Financeira</b>	<b>17.520</b>	<b>17.520</b>	<b>10.635</b>	<b>10.635</b>
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>27.073</b>	<b>31.849</b>	<b>16.722</b>	<b>19.765</b>
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %	— %	10 %	— %
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>6.648</b>	<b>2.866</b>	<b>4.065</b>	<b>1.779</b>
Receita Financeira Provisionada	20.637	20.637	14.327	14.327
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>5.159</b>	<b>1.857</b>	<b>3.582</b>	<b>1.289</b>

Controladora	31.12.2025		31.12.24	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Base de cálculo</b>	—	—	—	—
Receita Financeira	24.052	24.052	15.186	15.186
(-) Receita Financeira Provisionada	(9.094)	(9.094)	(9.486)	(9.486)
<b>Base de cálculo Receita Financeira</b>	<b>14.958</b>	<b>14.958</b>	<b>5.700</b>	<b>5.700</b>
<b>(=) Base de cálculo</b>	<b>14.958</b>	<b>14.958</b>	<b>5.700</b>	<b>5.700</b>
Alíquotas vigentes	15 %	9 %	15 %	9 %
Adicional	10 %		10 %	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>3.720</b>	<b>1.346</b>	<b>1.405</b>	<b>513</b>
Receita Financeira Provisionada	9.094	9.094	9.486	9.486
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>2.274</b>	<b>818</b>	<b>2.372</b>	<b>854</b>

### 19.1. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

## 20. Instrumentos Financeiros

### 20.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	151.266	151.266	135.625	135.625
Títulos e valores mobiliários (b)	6	2	147.715	147.715	115.122	115.122
<b>Custo amortizado</b>						
Clientes (a)	5		14.174	14.174	9.964	9.964
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>313.155</b>	<b>313.155</b>	<b>260.711</b>	<b>260.711</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores (a)			4.830	4.830	1.851	1.851
Empréstimos e financiamentos (c)	11		98.241	94.353	116.679	111.370
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>103.071</b>	<b>99.183</b>	<b>118.530</b>	<b>113.221</b>

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; e

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

#### Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Copel, CDI + spread de 1,17%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado.

### 20.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

### 20.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

<b>Consolidado</b>	<b>31.12.2025</b>	<b>31.12.2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	151.266	135.625
Títulos e valores mobiliários (a)	147.715	115.122
Clientes (b)	14.174	9.964
	<b>313.155</b>	<b>260.711</b>

(a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar os recursos financeiros em instituições bancárias federais ou em bancos privados com baixo risco de crédito, conforme rating local das principais agências classificadoras.

(b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, relacionado a fatores internos e externos. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

### 20.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

<b>Consolidado</b>	<b>NE</b>	<b>Menos de 1 mês</b>	<b>1 a 3 meses</b>	<b>3 meses a 1 ano</b>	<b>1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Passivo Total</b>
<b>31.12.2025</b>							
Empréstimos e financiamentos	11	2.404	5.196	23.596	90.463	—	121.659
Fornecedores	10	4.830	—	—	—	—	4.830
		<b>7.234</b>	<b>5.196</b>	<b>23.596</b>	<b>90.463</b>	<b>—</b>	<b>126.489</b>

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia e suas controladas têm empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

### 20.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### **(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

## Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data das demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação do indicador CDI/Selic de 12,25%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen, e TJLP de 8,64%, calculado por projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Consolidado	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
<b>Risco de taxa de juros e variações monetárias</b>					
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	147.715	18.095	13.576	9.055
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Alta TJLP	(98.241)	(8.486)	(10.607)	(12.728)

### 20.2.4. Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

O saldo registrado no passivo referente a não performance está demonstrado na NE nº 13. O aumento do passivo se deve ao fato de que os montantes a pagar ficaram suspensos em virtude das discussões no setor a respeito das restrições de geração dos parques eólicos (*constrained-off*). Além disso, após perturbação ocorrida no Sistema Interligado Nacional - SIN em 15.08.2023, o ONS, de forma preventiva, elevou a frequência das restrições, o que aumentou a restrição de geração de empreendimentos eólicos situados na região Nordeste. Estes eventos de redução ou corte da geração de energia, principalmente em usinas eólicas e solares, se dão quando a produção supera a capacidade de consumo ou de transmissão do sistema elétrico (*curtailment*).

Em dezembro de 2023 a Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR ingressaram com processo judicial solicitando a compensação dos geradores por eventos por restrição de operação. Entre 2023 e 2025 houve decisões favoráveis às Associações que, no entanto, foram revogadas, de modo que não houve nenhuma compensação durante esse período.

Em 25.11.2025 foi publicada a Lei nº 15.269/2025 que modernizou o marco regulatório do setor elétrico brasileiro e que dispõe, dentre outros dispositivos, que os titulares de usinas com outorga de geração de energia eólica ou solar fotovoltaica conectadas ao SIN passam a ter prerrogativa de celebrar termo de compromisso com o poder concedente, com vistas a compensar os custos decorrentes de cortes de geração (*curtailment*) relativos à indisponibilidade externa e ao atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação, no período compreendido entre 01.09.2023 e a data de publicação da nova lei, qual seja, 25.11.2025. Como contrapartida pela assinatura do termo de compromisso, os agentes signatários devem renunciar formalmente à eventuais ações judiciais em curso que tratem de compensações ligadas ao mesmo tema, garantindo ainda, às partes, a isenção do pagamento de honorários de sucumbência das referidas ações. Por fim, a nova lei disciplina que o pagamento das compensações pelo poder concedente será destinado primordialmente à quitação de eventuais ressarcimentos, passados ou futuros, devidos pelo agente e que ainda não tenham sido liquidados, no âmbito da CCEE.

A Companhia está monitorando a regulamentação do novo dispositivo legal, em especial a Consulta Pública MME nº 210/2025, aberta em 31.12.2025 e com prazo limite para contribuições finalizado em 16.01.2026. Em dezembro de 2025, em Reunião de Diretoria, a Copel GeT deliberou pela adesão ao Termo de Compromisso pelas Sociedades de Propósito Específicos - SPEs eólicas sob seu controle, renunciando à ação judicial, respeitadas as condições basilares do acordo previstas Lei 15.269/2025. Deste modo, com base nas premissas disponíveis, a São Bento Energia apurou os valores do direito à compensação financeira de restrições de geração sofridas por indisponibilidade externa e por atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica da operação ocorridas no período compreendido entre 01.09.2023 e 25.11.2025 e efetuou o registro do ganho de R\$ 31.377 no resultado de 2025, dos quais R\$ 30.512 foram registrados na receita operacional líquida e R\$ 865 na receita financeira.

### 20.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Empréstimos e financiamentos	98.241	116.679
(-) Caixa e equivalentes de caixa	151.266	135.625
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	146.922	114.560
<b>Dívida líquida</b>	<b>(199.947)</b>	<b>(133.506)</b>
Patrimônio líquido	271.478	246.326
<b>Endividamento em relação ao patrimônio líquido</b>	<b>(0,74)</b>	<b>(0,54)</b>

## 21. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da Companhia estão demonstradas a seguir:

Consolidado	Apólice	Término da vigência	Importância segurada			
			GE Boa Vista S.A	GE Farol S.A	GE Olho D'Água	GE São Bento do Norte S.A
	Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560	137.560	137.560	137.560
	Riscos Operacionais	28.05.2027	139.566	196.601	292.810	290.263
	Responsabilidade Civil Geral	28.03.2026	30.000	30.000	30.000	30.000
	Seguro Cyber	08.05.2026	25.000	25.000	25.000	25.000
	Garantia Judicial - Município São Bento do Norte	13.09.2026	11.467	11.530	15.845	20.360
	Garantia de Pagamento - CHESF	19.11.2026	98	142	216	216

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

## 22. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

### 22.1. Transações que não envolvem caixa

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Provisão para descomissionamento	(1.819)	3.595
	<b>(1.819)</b>	<b>3.595</b>

As transações acima não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração do fluxo de caixa.

Curitiba, 25 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO  
REZENDE**

Diretor Técnico

**ADRIANO FEDALTO**

Diretor Administrativo-Financeiro

**MICHAEL LUIZ DE SOUZA**

Contador - CRC-PR-058084/O-0

## DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A (São Bento Energia), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), inscrita no CNPJ sob o nº 10.979.076/0001-64, declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da São Bento Energia de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da São Bento Energia de 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 25 de março de 2026.

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO  
REZENDE**  
Diretor Técnico

**ADRIANO FEDALTO**  
Diretor Administrativo-Financeiro



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas  
São Bento Energia, Investimentos e  
Participações S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser

decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



São Bento Energia, Investimentos e  
Participações S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 25 de março de 2026

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro  
Contador CRC 1RJ118070/O-0



Estas demonstrações financeiras  
estão publicadas no site da Copel.  
Utilize a câmera do seu smartphone  
para ler o código ao lado.

